

No terceiro encontro, foi realizada a capacitação em habilidades para ferramentas digitais (flyers, vídeos) com o objetivo de proporcionar a apropriação desses espaços virtuais a partir da sensibilização dos participantes, com o intuito de utilizá-las para a divulgação do Observatório de Saúde.

No quarto e último encontro, foi dada continuidade à Oficina de habilidades para ferramentas digitais. Nesse encontro os participantes puderam desenvolver um documentário experimental sobre as experiências oportunizadas pelas Oficinas e a sua relação com o Observatório de Saúde. E a partir destas vivências compartilhadas se tornarem colaboradores na continuidade do mesmo.

Considerações

O projeto *PET Observatório de Saúde: Vigilância de indicadores de monitoramento e avaliação de programas e participação da comunidade* finalizou suas atividades em dezembro de 2014, conforme previsto pelo Ministério da Saúde. No entanto, suas ações se mantêm vivas até hoje, seja por meio de seus integrantes (acadêmicos, docentes e trabalhadores) que o idealizaram e o construíram, seja pelo estímulo e incentivo dado pela

comunidade usuária e profissionais dos serviços que participaram das Oficinas de capacitação e divulgação.

A experiência de construção de um Observatório, de forma participativa, interdisciplinar e multiprofissional, permitiu um grande aprendizado e deixou como legado o Observatório de Saúde Glória/Cruzeiro/Cristal. Foi um enorme desafio construir, coletivamente, esta ferramenta tecnológica de comunicação e informação em saúde que teve o propósito de dar visibilidade ao panorama de saúde e as ações desenvolvidas no território e empoderar a população usuária e trabalhadores do serviço.

Acreditamos que esse desafio foi, e, é de fundamental importância para a melhoria da prestação dos serviços em saúde, assim como para o exercício da participação social. Ainda é preciso percorrer um longo caminho para responder às crescentes demandas de gestores, trabalhadores da saúde e usuários, em relação ao uso da comunicação e da informática nos serviços de saúde, para melhorar a produtividade e a qualidade da atenção, da gestão, do controle social e dos processos de trabalho em saúde, mas acreditamos termos dado início a essa caminhada. ◀

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1.802**, de 26 de agosto de 2008. Institui o Programa de Educação pelo Trabalhador para a Saúde – PET-Saúde. Diário Oficial da União. Brasília, Seção 1, p. 2727, ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FERLA, A.A.; DIAS, M.T.G.; FALK, J.W.; et al. A coordenadoria da saúde da UFRGS. **Cadernos da Saúde Coletiva: Integração ensino - serviço: caminhos possíveis?** Porto Alegre: Rede UNIDA, v. 2, p. 11-13, 2013.

NOVELLI, V.F. **Observatório de Saúde: uma revisão sistemática**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. São Paulo, 2006.

PAIM, J.S. **A reorganização das práticas de saúde em distritos sanitários**. Salvador, p. 25, 1996.

PORTO ALEGRE. **Observatório da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre em Análise. <http://observapoa.com.br>. Acessado, em: 29 de março de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Projeto Pró-Saúde e Pet Saúde 2012/2013**. Consolidação da relação ensino-serviço. Disponível em: < <http://prosaude-ufrgs.blogspot.com.br/p/pro-saude-pet-saude-pet-vigilancia-em.html> > Acessado, em: 29 de março de 2015.

Imigração e refúgio como temas contemporâneos: a acolhida humanitária em tempos de Copa do Mundo

Denise Fagundes Jardim: Departamento de Antropologia

Este artigo apresenta a ação de extensão realizada em final de julho de 2014, cujo objetivo foi o de colaborar de forma ativa com uma rede de organizações que realizam o acolhimento aos imigrantes recém chegados em Caxias do Sul, entre elas o Centro de Apoio ao Migrante, organização não governamental de confissão religiosa (católica e scalabriana) e os colaboradores de sua rede de atuação. Explícito o formato, premissas e resultados de uma ação de extensão realizada em período não letivo e que permitiu propiciar a alunos, de diferentes cursos de graduação, uma imersão na temática das imigrações contemporâneas a partir do diálogo direto com pessoas que recentemente organizaram sua própria migração.

“Caminante, son tus huellas
El camino, y nada más;
Caminante, no hay camino:
Se hace camino, al andar”

(Antonio Machado)

Em termos teórico-metodológicos, utilizamos a noção de migração a fim de dar maior visibilidade ao tema do deslocamento humano, sem encerrá-lo na intencionalidade de um único sentido a ser observado e que comumente associado a ideia-chave de “imigração” e que prioriza reflexões sobre a manutenção ou perda de identidade ou questionamentos sobre adaptação, integração e assimilação a sociedade hospedeira¹. Compreender os itinerários da migração implica conhecer o modo como são interpeladas por exigências práticas relativas à obtenção de documentos de regularização, as formas de inserção e o acesso a políticas públicas.

Os alunos de graduação que se inscreveram, em pleno recesso de férias de inverno, tinham como desafio repensar a figura do “imigrante” não a reduzindo a uma mera viagem para viver em outro lugar. Para tanto, deveriam conhecer as tramitações que, na atualidade, essa migração atravessa para obter a regularização e imersão na sociedade brasileira. E, sobretudo conhecer aquilo que envolve as escolhas e decisões migratórias tecidas durante o processo migratório.

1. Ver: JARDIM, D. F. (Org.). **Cartografias da Imigração: interculturalidade e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2007.



Ao propor uma aproximação com as “migrações” nos distanciávamos da ideia de que alguém se dirige a um destino planejado a fim de fincar raízes e passávamos a uma escuta atenta da experiência dos caminhantes, ou seja, daqueles que buscam um novo destino social e reorganizam suas vidas durante um longo percurso migratório observando os primeiros passos de sua chegada. Esse é um período marcado por reimmigrações internas cujas decisões são tecidas em suas redes de contato.

A ação foi desenvolvida em uma única semana e contou com uma equipe de alunos de graduação e pós-graduação que não se conhecia previamente. Esta singularidade foi vivida como uma virtude. Representava um desafio para minha posição de coordenadora: o de constituir uma equipe cooperativa, que vinha com informações e inquietações de diferentes cursos de graduação, e em momentos diversos de sua vida acadêmica. A meu ver, é uma forma de antecipar uma habilidade exigida na vida profissional, a de dialogar com desenvoltura com pessoas de diferentes formações acadêmicas e formas de pensar.

A experiência do trabalho cooperativo entre profissionais de diferentes áreas ainda tem poucos espaços de aprendizado no âmbito da graduação e a extensão, de forma privilegiada, exige tal formação que os egressos da graduação encontrarão diante de si. Essa ação nos colocava diante do necessário relacionamento com profissionais de áreas de conhecimento diversificadas – relações públicas, educação física, direito, serviço social, políticas públicas, antropologia, administração –, na própria equipe e ainda em período de formação.

Os membros da equipe foram recrutados a partir de processo seletivo do Programa Convivências, seguindo a experiência de formação de grupos de trabalho já conhecidas pela equipe do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS/PROEXT/UFRGS). Os participantes usufruíram de uma expertise da equipe do DEDS

que explica, em muito, a capacidade que o grupo desenvolveu ao longo do período, em cooperar e decidir conjuntamente os rumos do trabalho empreendido nessa intensa semana vivida em Caxias do Sul. Toda a parte organizacional e de contatos locais já estava consolidada e não demandara da equipe executora tal preocupação.

O exercício de construção de soluções coletivamente, participando e refletindo sobre os desafios que se apresentam, faz da extensão uma experiência acadêmica que converge diretamente com o que entendemos na antropologia como o encontro com os “imponderáveis da vida real” tão enfatizado por Malinowski (1984:31)². Devemos contrastar sua proposta com um interesse redutor de formular teorias sobre o “comportamento típico”. Nossa formação na antropologia enfatiza a capacidade de estarmos atentos aos fluxos da vida, os fatos inesperados na vida de nossos interlocutores e, a partir disso, tecer considerações sobre suas formas de reorganizar o mundo social que participam.

Estava tudo arranjado e aprovado. Iríamos a Caxias do Sul, através de um contato prévio com o Centro de Atendimento ao Imigrante, seríamos recepcionados pela Irmã Maria do Carmo e nos hospedariamos em um seminário da igreja. A partir dali, conheceríamos mais sobre a presença de haitianos e senegaleses na cidade, sua inserção no mercado de trabalho, percorreríamos seus bairros de residência. Mas, no meio do caminho tinha o inverno, a Copa do Mundo, e a “surpresa” da chegada numerosa dos rapazes de Gana na cidade de Caxias do Sul. Ou seja, ocorreu tudo diferente do que pensávamos e do que a equipe do DEDS preparava como logística. Mas essa experiente equipe, reorganizou tudo nas vésperas de nossas datas de viagem e ainda fez ações extras como a parcerias, incluindo levar alimentos, que foram resultado dos donativos da sessão de domingo do Planetário da Universidade.

2. MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Ed. Victor Civita, Abril, 1984.



Caminhante, se faz o caminho ao andar, lembra o poeta Antonio Machado. Ocorre que o alojamento em que ficaríamos hospedados para a ação planejada foi ocupado pelos rapazes de Gana. Nossos parceiros locais estavam envolvidos em hospedar, alimentar e tramitar os documentos dos migrantes recém-chegados; encaminhar protocolos de refúgio, carteiras de trabalho e do sistema único de saúde. Isso era individualizado e abarcava as 300 pessoas que chegaram à rodoviária de Caxias do Sul, em grupos de cerca de 50 a 80 pessoas por dia na mesma semana.

Os rapazes de Gana portavam uma pequena mala, estavam vestidos com roupas de verão em pleno inverno do sul do Brasil. Tinham realizado uma viagem de ônibus a partir de Brasília (local do último jogo do time de Gana), passando por Criciúma/SC antes de chegar até Caxias do Sul/RS. Dependiam de uma estrutura de recepção e de doações de entidades não governamentais que, ademais, para fazê-lo experimentavam a resistência e a morosidade do poder público em atendê-los. Eles também se tornaram nossa prioridade e revelava o quanto a presença de outros migrantes - senegaleses, haitianos, bengalis – já era pulsante na vida das indústrias e no comércio local na cidade de Caxias do Sul e em suas proximidades, e da rede de pessoas que já vinha

experimentando os desafios do acolhimento de senegaleses e haitianos não sendo, de todo, uma “surpresa”.

Os resultados foram diversos. Foi uma ação realizada intensamente, em tão somente uma semana em quatro dias úteis, contando com 16 pessoas, entre técnicos, coordenação, estudantes de graduação, mestrado e doutorado, que empreenderam atividades elaboradas após uma visita inicial ao alojamento dos rapazes. Foi “ho caminho”, na intensidade desses encontros, que pudemos pensar conjuntamente de que modo, como equipe, poderíamos travar um diálogo mais proveitoso, que não se reduzisse a mera curiosidade com a vida alheia.

Resultou que a equipe, de forma criativa, formulou cinco oficinas que funcionariam simultaneamente e estariam focadas nas perguntas que nossos “caminhantes” nos fizeram na primeira tarde de contato. Pensamos maneiras de: 1) expor e decodificar as leis trabalhistas no Brasil; 2) os passos da escolarização e equivalências de ensino médio e formas de validação de diplomas; 3) aprendizado de palavras e expressões usuais do idioma – fazendo paralelos com o inglês e espanhol; 4) conversas tendo mapas do RS e Brasil para indicar aquilo que poderia ser considerado

“perto” ou “longe”; 5) uma oficina fotográfica para propiciar que os rapazes de Gana fizessem seus comentários sobre si e sobre sua situação de alojamento. Buscávamos fornecer mais elementos para suas decisões.

As cinco oficinas tinham sido pensadas também pela observação da forma como eles estavam sendo interpelados por seus futuros e potenciais empregadores no próprio alojamento. Sem saber preencher exatamente as fichas de emprego em português sobre sua escolaridade, e entendendo qual a equivalência potencial no sistema de ensino brasileiro, poderiam ser subestimados e indagavam sobre as formas de validar sua escolaridade no Brasil a fim de melhor posicionar-se no mercado de trabalho. Os próprios rapazes de Gana se envolviam incluindo outros parceiros em nossas conversas, pessoas que não falavam o inglês fluentemente, mas que tinham suas perguntas e que corrigiam nosso inglês e ensinavam o *hausa* para alguns de nossos alunos. Treinavam e aprimoravam a pronúncia do português que tinham pressa em aprender.

Decidimos manter a proposta inicial da ação de extensão e, na sequência, percorremos indicações para encontrar os senegaleses e haitianos já inseridos na cidade por mais tempo. Deles escutamos perspectivas mais reflexivas e críticas sobre a vida e a receptividade aos imigrantes no Brasil. Após a atividade, me ocupei de finalizar um relatório/memória da ação e os alunos foram convidados a inserir (nominalmente) suas inúmeras conversas e pontos de vistas. O formato de *diário de campo*, com base em uma estrutura cronológica de acontecimentos, permitiu a rememoração de diálogos, depoimentos, reflexões e seleção de fotografias, alcançando suas 80 páginas já compartilhadas entre os membros da equipe.

Concluindo, essa ação se desenvolve em um contexto específico. É preciso saber que o Brasil atual não tem uma lei imigratória, em que pese um intenso debate de mais de 20 anos e diversos projetos-lei já protocolados para apreciação no

senado federal. A Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, segue regulando a permanência de estrangeiros e não explicita a figura específica do “imigrante”. Na lei em vigor, a inserção em mercado de trabalho exige que sejam recrutados e legalizados por empresas e, mediante justificativas específicas, solicitem seu visto junto ao ministério do trabalho.

As leis brasileiras não contemplam que, individualmente, a pessoa venha a solicitar visto de trabalho, ou transformar um outro visto para visto de trabalho, já estando em território brasileiro. O visto permanente segue vinculado a casamento com nacional ou ter filho no Brasil, é o que permitirá mover um processo de naturalização. No decorrer desse período, a pessoa deve comprovar que tem recursos próprios e não inserir-se no mercado de trabalho. Somente as situações regidas por acordos do MERCOSUL podem, por tempo de residência no Brasil, transformar vistos temporários em visto de residência permanente e então acessar o mercado de trabalho de modo regular.

A legislação que pessoas estrangeiras recorrem para estar regular no mercado de trabalho brasileiro tem sido ou os acordos do MERCOSUL, ou a Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, que cria o CONARE, Conselho Nacional de Refugiados no Ministério da Justiça. Essa lei explicita alguns direitos do refugiado, que incluem o direito dos solicitantes em obter uma carteira de trabalho (observar deveres e direitos trabalhistas), registro de CPF e direitos sociais (como o acesso ao Sistema Único de Saúde) universalizados por constituição brasileira aos nacionais. A tramitação do visto de refugiado, chamado de “protocolo” de pedido de refúgio, segue para julgamento e pode ainda ser denegado.

Esta tem sido a única maneira de buscar a permanência regular e proteger-se da exploração laboral que acompanha a situação de não portar documentos reconhecidos pelos nacionais. É, portanto, o caminho que ganeses, haitianos e senegaleses estão

trilhando para buscar a permanência regular e que vem resultando na emissão de um *visto por razões humanitárias* pelo ministério de trabalho, após as denegações de seu pedido de refúgio no CONARE. Tais regularizações excepcionais expressam uma preocupação institucional quanto aos riscos que a irregularidade impõe a quem migra: trabalho escravo, exploração e subemprego e, em casos extremos, falamos de risco de vida. Nessa arena complexa, o sistema de refúgio opera na ausência de uma clara política migratória, mobilizando uma rede de ativistas e organizações não governamentais preocupados com a ausência de atenção do poder público a esses novos residentes nos locais de sua chegada, e em sua inserção laboral e social, na sociedade brasileira.

Como universitários, éramos uma equipe de “caminhantes” e aprendizes, como sugere a poesia

de Antonio Machado, com pouca familiaridade com a cidade a qual nos dirigíamos. A extensão tem esse caráter prático de levar algo que faça a diferença na vida de seus interlocutores, as oficinas assumiam esse tom e ainda propiciaram um momento de engajamento dos alunos em conversas diretas sobre o impacto da migração nas vozes dos rapazes de Gana e, posteriormente, nos relatos generosos e críticos de outros interlocutores haitianos e senegaleses.

A ação de extensão, mesmo tão breve, se mostrou uma experiência intensa e duradoura ao trazer à tona as inquietações e as possibilidades de diálogos entre os diversos interlocutores. Exemplificamos assim como a própria migração se converte em um tema contemporâneo e inalienável quando ocorre no encontro presencial entre os diferentes caminhantes. ◀

Espaço para criar: teatro e dança com alunos surdos

Sergio Andrés Lulkin: Faculdade de Educação
Mestranda em Artes Cênicas: Marcia Berselli

O artigo propõe-se a evidenciar e problematizar alguns aspectos da ordem técnica e sensível a respeito da criação de aulas de teatro para alunos surdos. A partir da experiência pedagógica junto às oficinas do projeto “Teatro e Dança com alunos surdos”, desenvolvidas na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Surdos Bilingue Salomão Watnick (Porto Alegre / RS), busca-se refletir sobre os agenciamentos atualizados na elaboração e realização de propostas cênicas em busca de uma poética corporal que integra a forma própria de comunicação dessa comunidade utilizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Acrescem às discussões,

apontamentos a respeito de diretrizes que buscam pensar o espaço criativo proporcionado pelas artes como produtor de conhecimento e potencializador da afirmação social de um grupo minoritário.

O início

Entro na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Surdos Bilingue Salomão Watnick, os seis alunos participantes das oficinas que integram o Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “Teatro e Dança com alunos